Banco Máxima S.A.

CNPJ nº 33.923.798/0001-00

Ouvidoria 0800-285-1200
ouvidoria@bancomaxima.com.br
Horário de atendimento: das 9h às 18h
www.bancomaxima.com.br

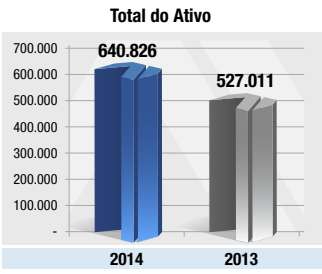
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2014

No ano de 2014, o Grupo Máxima ("Grupo") passou por processo de ajuste no corpo diretivo e de gestão, culminando na contratação de novos colaboradores. Este processo aumentou a presença física do Grupo em São Paulo, com a expansão do escritório e a transferência de algumas áreas operacionais estratégicas para esta praça. O Grupo, através do Banco Máxima ("Banco") e da Máxima Corretora ("Corretora"), conseguiu no ano de 2014 alcançar os objetivos traçados no planejamento estratégico para o ano que foram: crescimento da carteira de crédito - prioritariamente com operações imobiliárias; consolidação da presença no mercado de câmbio; e a manutenção/aumento nos volumes de captação a fim de manter a boa situação de liquidez. Para corroborar nossas afirmativas destacamos abaixo os comentários sobre nossas demonstrações financeiras consolidadas. Em 2014 o Banco apresenta no consolidado o ativo total de R$640.826 - 2014 (R$527.011 - 2013) demonstrando crescimento de 22%. Destacamos como principal crescimento de nossos ativos as operações de crédito R$174.399 - 2014 (R$131.142 - 2013) apresentando incremento de 33%. O crescimento apresentado nas operações de crédito confirma a estratégia, entretanto, na apresentação dos resultados auferidos no ano, obtivemos um incremento de 3%, R$27.542 - 2014 (R$26.787 - 2013), que não ocorreu na mesma proporção. Entendemos tal diferença como reflexo da inadimplência com operações de crédito concedidas em anos anteriores que comprometeram parcialmente o resultado. Verificamos este impacto através do incremento nas despesas com provisões para devedores duvidosos, negativo R$9.692-2014 (R$2.040 -2013). Apesar deste acréscimo nas despesas, o saldo da conta patrimonial de provisão para devedores duvidosos representa 6% - 2014 (4% - 2013), negativo R$11.120 - 2014 (negativo R$5.692 - 2013) sobre o saldo da conta de operações de crédito R$185.520 - 2014 (R$136.834 - 2013), que representa percentual de provisionamento abaixo do que o mercado de bancos do mesmo porte apresenta. Para manter o crescimento no mercado de crédito e impulsionar as receitas estamos investindo em 2015 na equipe e buscando parcerias estratégicas a fim de aumentar nosso poder de originação de crédito. Com isto, podemos manter o crescimento do volume da carteira de crédito, prioritariamente em operações que possuam lastro imobiliário. Desta forma, este crédito com garantias reais proporciona tranquilidade nas renegociações e sucesso no modelo da operação.

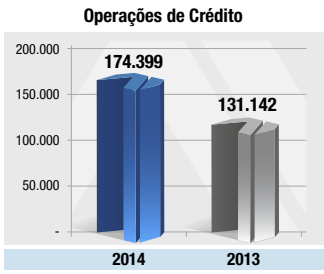
No mercado de câmbio a cada ano consolidamos nossa participação, apresentando o Banco na posição 50° - 2014 (67° - 2013) e a Corretora na posição 73° - 2014 (87° - 2013) de um total de 185 participantes (fonte: ranking BACEN). O Banco e a Corretora ganharam respectivamente 17 e 14 posições no ranking. Este posicionamento foi possível através do aumento do volume de negociação do Banco, apresentando crescimento de 150% - US$2,777,794 - 2014 (US$1,110,988 - 2013) e a Corretora de 122% - US$1,186,008 - 2014 (US$533,938 - 2013). O incremento no volume demonstra-se através do acréscimo de 108% no resultado do ano em operações de câmbio consolidado de R$33.104 - 2014 (R$15.947 - 2013). Apesar das projeções dos indicadores financeiros serem pouco otimistas e ainda considerando o cenário politico conturbado para o ano de 2015, podendo acarretar em oscilações no mercado de câmbio, mantemos nossas perspectivas de crescimento de nossa operação. Isto significa a manutenção de nosso projeto de expansão com o investimento em equipe e parcerias com correspondentes cambiais. Desta forma, iremos manter nosso leque de produtos para atuação no mercado de câmbio tanto em moeda física quanto em serviços, principalmente no fechamento de contratos para exportação e importação. No ano de 2014, concluímos nosso projeto de expansão no varejo com a criação de rede de distribuição com a marca PLUSBRASIL, através de nossa ex-subsidiária FC-MAX Promotora de Vendas S.A. ("FC-MAX"), que atua como correspondente cambial. Finalizamos o ano com um total de 9 (nove) lojas e ainda com plano estratégico de abertura de 4 (quatro) lojas para cada ano a partir de 2015. As lojas estão localizadas geograficamente na cidade do Rio de Janeiro (7) sendo 2 (duas) de "Rua" localizadas nos bairros do Centro da cidade e na Barra da Tijuca e mais 5 (cinco) lojas localizadas nos principais shoppings da cidade quais sejam, RioSul, BarraShopping, Botafogo Praia Shopping, Nova América e WestShopping; e ainda na cidade de São Paulo 1 (uma) no Shopping Sta. Cruz; e na cidade de Campinas 1 (uma) no Shopping Parque D. Pedro. A conclusão da rede de distribuição gerou valor intrínseco para a FC-MAX (projeto) e em função disto, foi constituído Fundo de Investimento em Participação (FIP), culminando com o aporte da FC-MAX. No âmbito do FIP foi possível a entrada de novos investidores ao projeto, conforme ocorrido no final de 2014, gerando a precificação do FIP a valor de mercado. A marcação a mercado gerou resultado positivo no montante de R$10.469, apresentado dentro do resultado de operações com títulos e valores mobiliários. A estruturação do FIP foi realizada por instituição não pertencente ao conglomerado, sendo o fundo administrado e gerido por instituições independentes do Grupo Máxima e adotando as regras de governança competentes. O Banco é o originador de recursos do Grupo e vem apresentando boa liquidez ao longo dos anos. A liquidez tem sido obtida através da manutenção e do crescimento do volume de recursos captados e consequentemente alongando os prazos dos vencimentos. O crescimento é consequência da estratégia de distribuição de produtos que visam atingir os clientes de varejo (clientes pessoas físicas com aplicações de até R$ 250 mil), com o oferecimento de taxas competitivas e forte campanha de marketing, principalmente através da internet e de mídia escrita para este publico-alvo. Até o momento a resposta do mercado para nossos produtos é positiva e a oferta destes produtos são através das letras de crédito imobiliário - LCI que apresentou crescimento de 33%, demonstrado na conta recursos de aceites e emissão de títulos R$169.966 - 2014 (R$127.600 - 2013) e os certificados de depósitos bancários - CDB com crescimento de 24%, demonstrado no grupo depósitos R$269.982-2014 (R$218.240-2013). Mensalmente, de maneira consistente, o Banco tem obtido a manutenção da liquidez e crescimento de "*funding*" para novas operações, com produtos altamente competitivos e apresentando a carteira captada extremamente pulverizada, o que diversifica significativamente nosso risco de resgates. O Grupo, no ano de 2015, tem um grande desafio que é conseguir melhorar o resultado operacional, que no ano foi altamente prejudicado por incremento de provisões/perdas com ativos financeiros que o Banco adquiriu em anos anteriores na ordem de negativo R$22.944, registrado na conta resultado de operações com títulos e valores mobiliários e incrementos em custos administrativos apresentando crescimento de 13% registrado na conta outras receitas/(despesas) operacionais de negativo R$52.356-2014 (negativo R$46.317 - 2013), que estão diretamente relacionados a aumentos em despesas de serviços técnicos especializados. O Grupo Máxima apresenta para as demonstrações financeiras de 2014 capacidade de liquidez e operacional para crescimento para o ano de 2015, apresentando o índice de basileia adequado 13,57% - 2014 (13,28% - 2013).

A Administração

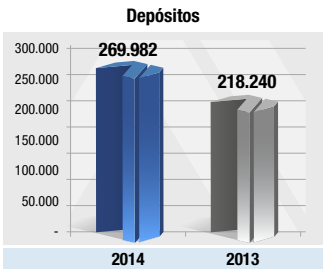
Total do Ativo



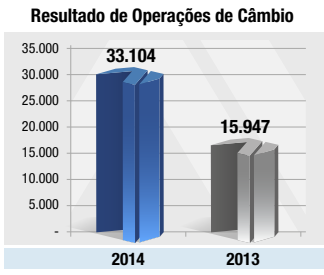
Operações de Crédito



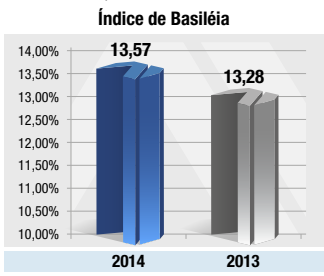
Depósitos



Resultado de Operações de Câmbio



Índice de Basiléia



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Banco 2014	Banco 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Ativo					
Ativo circulante					
Disponibilidades	5	22.657	2.514	39.856	11.700
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
• Aplicações em operações compromissadas		–	46.000	–	46.000
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6				
• Carteira própria		70.531	46.478	71.591	51.219
• Vinculados a compromissos de recompra		97.853	18.031	97.853	18.031
• Instrumentos financeiros derivativos		850	–	850	–
• Vinculados à prestação de garantias		10.394	11.073	11.212	11.262
		179.628	75.582	181.506	80.512
Relações interfinanceiras					
• Pagamentos e recebimentos a liquidar		–	995	–	995
• Créditos vinculados		1.386	1.674	1.386	1.674
		1.386	2.669	1.386	2.669
Operações de crédito					
• Setor privado		57.813	72.081	57.813	72.081
• Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(7.410)	(4.301)	(7.410)	(4.301)
		50.403	67.780	50.403	67.780
Outros créditos					
• Carteira de câmbio		23.826	25.600	23.826	25.600
• Rendas a receber		–	1.699	37	38
• Negociação e intermediação de valores		321	–	789	2.805
• Créditos tributários	14	915	2.722	1.304	3.110
• Impostos e contribuições a compensar		606	414	1.759	1.114
• Diversos	11	115.855	59.414	117.950	66.504
• Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(43)	(77)	(192)	(225)
		141.480	89.772	145.473	98.946
Outros valores e bens					
• Outros valores e bens		6.356	6.962	6.356	6.962
• Despesas antecipadas		216	275	279	344
		6.572	7.237	6.635	7.306
Total do ativo circulante		**402.126**	**291.554**	**425.259**	**314.913**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6				
• Carteira própria		–	67.678	–	67.678
• Vinculados a compromissos de recompra		–	5.039	–	5.039
		–	72.717	–	72.717
Operações de crédito	9				
• Setor privado		127.706	64.753	127.706	64.753
• Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(3.710)	(1.391)	(3.710)	(1.391)
		123.996	63.362	123.996	63.362
Outros créditos					
• Créditos tributários	14	29.487	27.074	32.839	30.332
• Devedores por depósitos em garantia		4.497	3.363	10.876	6.578
• Diversos	11	45.570	29.846	45.570	36.906
• Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(118)	(106)	(118)	(106)
		79.436	60.177	89.167	73.710
Permanente					
Investimentos					
Participações em controladas:					
• No País		33.124	46.117	–	–
• No Exterior		–	493	–	–
Outros investimentos		600	599	636	634
Provisões para perdas		(202)	(200)	(202)	(200)
	12	33.522	47.009	434	434
Imobilizado de uso		843	757	1.868	1.830
Intangível		39	5	64	13
Diferido		–	–	38	32
		34.404	47.771	2.404	2.309
Total do ativo não circulante		**237.836**	**244.027**	**215.567**	**212.098**
Total do ativo		**639.962**	**535.581**	**640.826**	**527.011**

	Nota	Banco 2014	Banco 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Passivo					
Passivo circulante					
Depósitos					
• Depósitos à vista		6.476	2.548	6.027	1.945
• Depósitos interfinanceiros	12	7.343	2.000	343	–
• Depósitos a prazo	12	133.728	79.206	133.728	77.312
		147.547	83.754	140.098	79.257
Captações no mercado aberto					
• Carteira própria		97.512	23.009	97.512	23.009
• Carteira de terceiros		–	40.003	–	40.003
		97.512	63.012	97.512	63.012
Recursos de aceites e emissão de títulos					
• Recursos de letras de crédito imobiliário	12	148.846	127.600	148.846	127.600
Relações interfinanceiras					
• Recebimentos e pagamentos a liquidar		–	333	–	333
Relações interdependências					
• Recursos em trânsito de terceiros		2.926	–	2.926	–
Outras obrigações					
• Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		75	611	75	611
• Carteira de câmbio		26.662	26.319	27.024	26.777
• Sociais e estatutárias		153	–	153	–
• Fiscais e previdenciárias		5.064	710	6.053	1.681
• Negociação e intermediação de valores		96	2.304	2.881	5.144
• Diversas	11	2.609	23.504	3.832	24.536
		34.659	53.448	40.018	58.749
Total do passivo circulante		**431.490**	**328.147**	**429.400**	**328.951**
Passivo não circulante					
Exigível a longo prazo					
Depósitos					
• Depósitos interfinanceiros	12	198	11.387	198	307
• Depósitos a prazo	12	129.686	139.533	129.686	138.676
		129.884	150.920	129.884	138.983
Recursos de aceites e emissão de títulos					
• Recursos de Letras de Crédito Imobiliário		21.120	–	21.120	–
Instrumentos financeiros derivativos					
• Instrumentos financeiros derivativos	6	940	–	940	–
Outras obrigações					
• Provisão para riscos fiscais		4.470	2.906	7.058	5.469
• Provisão para passivos contingentes		746	746	1.112	746
		5.216	3.652	8.170	6.215
Total do passivo não circulante		**157.160**	**154.572**	**160.114**	**145.198**
Patrimônio líquido					
Capital:					
• De domiciliados no País		37.200	37.200	37.200	37.200
Reservas de capital		779	779	779	779
Reservas de lucros		13.390	16.296	13.390	16.296
Ajuste a valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros e derivativos		(57)	(1.413)	(57)	(1.413)
Total do patrimônio líquido		**51.312**	**52.862**	**51.312**	**52.862**
Total do passivo e patrimônio líquido		**639.962**	**535.581**	**640.826**	**527.011**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Banco 2º Semestre de 2014	Banco 2014	Banco 2013	Consolidado 2º Semestre de 2014	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receitas da intermediação financeira						
• Operações de crédito	11.670	24.108	27.012	11.670	24.108	27.030
• Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18.137	14.410	10.996	18.593	15.541	12.417
• Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(7.754)	(6.675)	(6.198)	(9.106)	(7.374)	(6.198)
• Resultado de operações de câmbio	8.143	13.368	5.027	19.317	33.104	15.947
• Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.284	3.621	1.544	1.284	3.621	1.544
	31.480	48.832	38.381	41.758	69.000	50.736
Despesas da intermediação financeira						
• Operações de captação no mercado	(31.047)	(58.541)	(43.907)	(30.798)	(57.790)	(42.509)
• Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	–	(187)	(1.787)	–	(187)	(1.787)
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.155)	(9.692)	(2.040)	(4.155)	(9.692)	(2.040)
	(35.202)	(68.420)	(47.734)	(34.953)	(67.669)	(46.336)
Resultado bruto da intermediação financeira	**(3.722)**	**(19.588)**	**(9.353)**	**6.805**	**1.331**	**4.400**
Outras receitas/(despesas) operacionais						
• Receitas de prestação de serviços	345	649	287	1.557	3.332	6.790
• Rendas de tarifas bancárias	34	57	11	34	57	11
• Despesas de pessoal	(8.455)	(15.500)	(10.925)	(10.269)	(19.579)	(15.904)
• Outras despesas administrativas	(12.364)	(34.789)	(21.595)	(21.276)	(53.210)	(36.977)
• Despesas tributárias	(353)	(1.133)	(1.072)	(1.317)	(3.050)	(2.670)
• Resultado de participações em controladas	(1.196)	(2.556)	(594)	(1.267)	(1.270)	(334)
• Outras receitas operacionais	20.351	26.507	2.408	20.383	26.750	4.248
• Outras despesas operacionais	(2.145)	(5.130)	(1.086)	(2.173)	(5.386)	(1.481)
	(3.783)	(31.895)	(32.566)	(14.328)	(52.356)	(46.317)
Resultado operacional	**(7.505)**	**(51.483)**	**(41.919)**	**(7.523)**	**(51.025)**	**(41.917)**
Resultado não operacional	–	55.264	33.329	–	55.264	34.234
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**(7.505)**	**3.781**	**(8.590)**	**(7.523)**	**4.239**	**(7.683)**
Imposto de renda e contribuição social						
• Provisão para imposto de renda	6.046	(365)	–	5.918	(703)	(441)
• Provisão para contribuição social	3.603	(250)	–	3.519	(466)	(229)
• Ativo fiscal diferido	(7.158)	(2.043)	2.806	(6.928)	(1.947)	2.869
	2.491	(2.658)	2.806	2.509	(3.116)	2.199
Participações de funcionários nos resultados	(153)	(153)	–	(153)	(153)	(300)
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício	**(5.167)**	**970**	**(5.784)**	**(5.167)**	**970**	**(5.784)**
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações - R$	**(0,33)**	**0,06**	**(0,37)**			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Banco 2º Semestre de 2014	Banco 2014	Banco 2013	Consolidado 2º Semestre de 2014	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	(5.167)	970	(5.784)	(5.167)	970	(5.784)
Ajuste ao lucro líquido:						
• Depreciações e amortizações	76	172	252	172	370	463
• Resultado de participações em controladas	1.196	2.556	594	–	–	–
Variação dos ativos e passivos operacionais:						
• Aplicações interfinanceiras de liquidez	25.998	46.000	(9.004)	25.998	46.000	(9.004)
• Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - ativo e passivo	2.943	(29.033)	26.714	6.201	(25.981)	26.346
• Relações interfinanceiras - ativo e passivo	176	2.797	(979)	176	2.797	(979)
• Relações interdependências - ativo e passivo	1.080	1.080	333	1.080	1.080	333
• Operações de crédito	(26.300)	(43.257)	68.096	(26.300)	(43.257)	68.095
• Outros créditos e outros valores e bens	(19.989)	(70.298)	(102.413)	(17.741)	(61.313)	(91.932)
• Aumento/(redução) em depósitos	(8.543)	42.757	(36.868)	(6.293)	51.743	(25.561)
• Captações no mercado aberto	11.513	34.500	(48.007)	11.513	34.500	(48.007)
• Recursos de aceites e emissão de títulos	32.239	42.365	53.603	32.239	42.365	53.603
• Outras obrigações	(13.574)	(17.210)	49.166	(15.250)	(16.776)	44.875
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.648	13.399	(4.297)	6.628	32.498	12.448
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de investimentos	(3.660)	(11.790)	(9.937)	–	–	–
Alienação de investimentos	9.159	9.648	–	–	–	–
Redução de capital de controlada	605	8.232	17.380	–	–	–
Dividendos recebidos de controladas	4.823	4.823	1.700	–	–	–
Alienação de imobilizado de uso	–	–	–	289	289	16
Aquisição de imobilizado de uso	(241)	(293)	(27)	(588)	(735)	(305)
Baixa do intangível	–	–	–	8.434	8.434	2
Aplicação no intangível	–	–	–	(3.225)	(8.454)	(25)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	10.686	10.620	9.116	4.910	(466)	(312)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Ajuste a mercado de título disponível para venda	–	–	(1.291)	–	–	(1.291)
Dividendos pagos a acionistas do Banco	(2.448)	(3.876)	(1.985)	(2.448)	(3.876)	(1.985)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(2.488)	(3.876)	(3.276)	(2.448)	(3.876)	(3.276)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.886	20.143	1.543	9.090	28.156	8.860
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	12.771	2.514	971	30.766	11.700	2.840
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do semestre/exercício	22.657	22.657	2.514	39.856	39.856	11.700

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	Lucros (prejuízos) acumulados	2014	2013
Patrimônio líquido no início do exercício	**37.200**	**779**	**7.084**	**9.212**	**(1.413)**	**–**	**52.862**	**61.922**
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	–	–	–	–	2.260	–	2.260	(2.152)
Efeitos tributários sobre ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	–	–	–	–	(904)	–	(904)	861
Reversão parcial da reserva para expansão	–	–	–	(3.876)	–	3.876	–	–
Lucro (Prejuízo) do exercício	–	–	–	–	–	970	970	(5.784)
Destinações:								
• Dividendos de lucros acumulados	–	–	–	–	–	(3.876)	(3.876)	(1.985)
• Constituição de reservas de lucros	–	–	49	921	–	(970)	–	–
Patrimônio líquido no final do exercício	**37.200**	**779**	**7.133**	**6.257**	**(57)**	**–**	**51.312**	**52.862**
Mutações do exercício	–	–	49	(2.955)	1.355	–	(1.551)	(9.060)
Patrimônio líquido no início do semestre	**37.200**	**779**	**7.391**	**13.614**	**(1.053)**	**–**	**57.931**	
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	–	–	–	–	1.660	–	1.660	
Efeitos tributários sobre ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	–	–	–	–	(664)	–	(664)	
Reversão parcial da reserva para expansão	–	–	–	(2.448)	–	2.448	–	
Reversão da reserva do 1º semestre	–	–	(307)	(5.830)	–	6.137	–	
Prejuízo do semestre	–	–	–	–	–	(5.167)	(5.167)	
Destinações:								
• Dividendos de lucros acumulados	–	–	–	–	–	(2.448)	(2.448)	
• Constituição de reservas de lucros	–	–	49	921	–	(970)	–	
Patrimônio líquido no final do semestre	**37.200**	**779**	**7.133**	**6.257**	**(57)**	**–**	**51.312**	
Mutações do semestre	–	–	(258)	(7.357)	996	–	(6.619)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Máxima S.A. ("Banco Máxima" ou "Banco") é uma empresa de capital fechado que desenvolve as atividades de banco comercial por meio das carteiras comercial, de crédito e de câmbio autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Suas controladas atuam em diversos segmentos do mercado com destaques para as atividades de gestão de recursos, operações no mercado de câmbio e de corretagem nas Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros. As atividades são conduzidas no contexto das empresas integrantes do Grupo Máxima, atuando no mercado de forma integrada.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Máxima S.A. e de suas controladas são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando, a partir do exercício de 2008, as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco levou em consideração a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento. São elas: (a) tratamento contábil do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento contábil do ativo imobilizado e do diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos; (d) apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa em vez das demonstrações das origens e aplicações de recursos; (e) divulgação de informações sobre partes relacionadas; (f) reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas; (g) contabilização e divulgação de eventos subsequentes; (h) pagamento baseado em ações; e (i) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificações de erros; e (j) As mudanças das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras do Banco. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 23 de março de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. **c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos definidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado. • Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado. • Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado. **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos):** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge podem: (i) garantir um constante fluxo financeiro do item objeto do hedge (hedge de fluxo de caixa) ou (ii) reduzir a exposição a variações de preço do item objeto do hedge (hedge de mercado). O item objeto do hedge pode ser um ativo, passivo,

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

compromisso ou transação futura prevista. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo BACEN, inclusive derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. As operações com derivativos praticadas pelo Banco são contabilizadas em contas de compensação, pelo valor base dos contratos. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivo vencimento e reconhecidos no resultado do período. Os diferenciais a pagar e a receber das operações de "swap" são registrados em contas patrimoniais, pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado. As operações a termo são registradas pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar em uma data futura ajustadas a valor presente. Os prêmios das opções são contabilizados ao custo e ajustados a valor de mercado com base em cotação de mercado ou modelo de precificação. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na referida Resolução, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Prazo de atraso	Classificação mínima da operação
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

As operações com pessoas físicas em montantes inferiores a R$ 50 são classificadas inicialmente como "A" e reavaliadas mensalmente unicamente em função do nível de atraso. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam registradas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida. **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São apresentados pelo valor líquido de realização. **d) Permanente: Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido da provisão para perdas quando aplicável. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais que refletem as estimativas de vida útil dos bens, sendo: • Móveis, equipamentos e sistemas de comunicação - 10% a.a. • Sistemas de processamentos de dados - 20% a.a. **Diferido:** Os gastos diferidos de organização e expansão correspondem basicamente a benfeitorias em imóveis de terceiros. São registrados ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o prazo do aluguel. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem registrar no Ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa. **Intangível:** Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisição de *softwares* são reconhecidos como ativo intangível. **e) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda no Banco e controlada financeira é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. Nas demais controladas do Banco, a alíquota de contribuição social é 9%, e algumas apuram imposto de renda e contribuição social com base no regime de lucro presumido. Os impostos ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foram constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 do CMN de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 do CMN de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Diretoria do Banco. Os impostos diferidos foram constituídos com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e para a contribuição social de 15%. De acordo com a Lei 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. **h) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução nº 3.566 do CMN de 29 de maio de 2008, se, com base na análise da Administração, o valor contábil dos ativos do Banco e suas controladas exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. **i) Estimativas contábeis:** A elaboração das informações financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, a provisão para contingências e a valorização de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco e as suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Banco Máxima S.A. e as de suas controladas ("Grupo Máxima") a seguir relacionadas:

	Participação do Banco Máxima S.A.			
	2014		2013	
Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF)	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	–	100,00%	–
Máxima Asset Management Ltda.	99,99%	–	99,99%	–
Maximainvest Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Maximainvest") **(i)**	100,00%	–	100,00%	–
FC-Max Promotora de Vendas Ltda. **(ii)**	–	–	99,999%	–
Máxima International LLP **(iii)**	–	–	99,995%	0,005%
Máxima Realty S.A. ("Realty") **(iv)**	100,00%	–	100,00%	–
Conglomerado - Financeiro				
Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	–	100,00%	–

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de janeiro de 2014, foi aprovada a redução de capital da Máximainvest em R$ 7.628 passando de R$ 9.027 para R$ 1.400. Foram canceladas 14.687.096 ações, passando a quantidade de ações de 16.087.096 para 1.400.000 ações ordinárias. Os recursos desta redução foram transferidos para o único acionista, o Banco Máxima S.A.. (ii) Foram verificadas na FC-Max Promotora de Vendas Ltda. os seguintes atos estatutários: 25ª alteração contratual de 06 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da FC-Max Promotora de Vendas Ltda. em R$ 150, passando o capital social de R$ 710 para R$ 860. Foram emitidas 150.000 novas quotas para o quotista Banco Máxima S.A.. • 26ª alteração contratual de 31 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da FC-Max Promotora de Vendas Ltda. em R$ 3.500, passando o capital social de R$ 860 para R$ 4.360. Foram emitidas 3.500.000 novas quotas para o quotista Banco Máxima S.A.. • 28ª alteração contratual de 24 de março de 2014, foi aprovado o aumento de capital da FC-Max Promotora de Vendas Ltda. em R$ 100, passando o capital social de R$ 4.360 para R$ 4.460. Foram emitidas 100.000 novas quotas para o quotista Banco Máxima S.A.. • 29ª alteração contratual de 16 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da FC-Max Promotora de Vendas Ltda. em R$ 1.000, passando o capital social de R$ 4.460 para R$ 5.460. Foram emitidas 1.000.000 novas quotas para o quotista Banco Máxima S.A.. • 30ª alteração contratual de 29 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da FC-Max Promotora de Vendas Ltda. em R$ 1.500, passando o capital social de R$ 5.460 para R$ 6.960. Foram emitidas 1.500.000 novas quotas para o quotista Banco Máxima S.A.. • 31ª alteração contratual de 27 de maio de 2014, foi aprovado o aumento de capital da FC-Max Promotora de Vendas Ltda. em R$ 3.000, integralizando, nesta data, em moeda corrente, o montante de R$ 630, e o saldo remanescente de R$ 2.730 o sócio Banco Máxima S.A. se compromete, a integralizar no prazo de até 90 dias a contar da data do Ato. Neste sentido, o capital social passa de R$ 6.960 para R$ 9.960. Foram emitidas 3.000.000 novas quotas para o quotista Banco Máxima S.A.. • 32ª alteração contratual de 30 de junho de 2014 - Entre outras alterações foi designado: • Retificar o aumento de capital constante na 29ª alteração de 16 de abril de 2014, de R$ 1.000, para R$ 1.750, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, passando o capital à época de R$ 4.460 para R$ 6.210. • Em decorrência da deliberação acima foi retificado o número de novas quotas emitidas pelo Banco Máxima S.A. de 1.000.000 para 1.750.000 quotas. • Retificar o capital social constante na 30ª alteração de 29 de abril de 2014, passando de R$ 6.960 para R$ 7.710. • Em consequência das retificações supracitadas, o capital social passou a ser de R$ 10.710 dividido em 10.709.705 quotas. • 35ª Alteração contratual de 24 de setembro de 2014 - Foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 1.000, integralizando R$ 300 no ato e R$ 700 em outubro de 2014. Em consequência o capital passou de R$ 10.710 para R$ 11.710 dividido em 11.709.705 quotas. • 36ª Alteração contratual de 3 de novembro de 2014 - Ratificada a integralização do saldo remanescente da 35ª. alteração contratual, realizada em 3 de outubro de 2014 (R$ 300) e 23 de outubro de 2014 (R$ 400). • A.G.E. de 25 de novembro de 2014: • Aprovada a transformação do tipo societário de Limitada para Sociedade Anônima. • Aprovada a conversão da totalidade de quotas à proporção de 1 ação ordinária nominativa e sem valor nominal para cada 1 quota, ou seja, o capital de R$ 11.710 passou a ser representado por 11.709.705 ações ordinárias sem valor nominal totalmente integralizadas. • Aprovado o aumento de capital no montante de R$ 790 com emissão de 790.295 novas ações. Em consequência o capital social passa de R$ 11.710 para R$ 12.500 representado por 12.500.000 ações nominativas sem valor nominal. (iii) Máxima International LLP - O investimento na Máxima International LLP foi encerrado em 09 de abril de 2014. (iv) Em AGE de 24 de setembro de 2014 foi deliberado aumento de capital de R$ 334 sem emissão de novas ações. Em consequência o capital passa de R$ 439 para R$ 773 representado por 43.900.000 ações ordinária nominativas sem valor nominal. (v) Em AGE de 24 de setembro de 2014 foi aprovada a redução do capital em R$ 605. Em consequência foram canceladas 43.732.000 ações ordinárias nominativas, passando o capital de R$ 773 para R$ 168 representados por 168.000 ações ordinárias. De acordo com as regras de consolidação do Banco Central do Brasil, no Conglomerado Financeiro são consolidadas apenas as instituições financeiras que atuam sob a mesma marca e/ou gerência, independentemente de haver participação societária, e no Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF) são incluídas essas instituições financeiras e todas as suas controladas. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação: a)** Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. **b)** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas. **c)** Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros e prejuízos, decorrentes de negócios entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes a participações dos acionistas minoritários. **d)** Quando existem, os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como os encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado que são apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado. As informações consolidadas apresentadas nestas Notas Explicativas referem-se ao CONEF.

5. DISPONIBILIDADES

	Banco		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Moeda nacional	8.043	1.067	6.683	4.686
Moeda estrangeira	14.614	1.447	33.173	7.014
	22.657	2.514	39.856	11.700

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Composição e prazos:

Banco e consolidado

	Vencimentos até 360 dias	2014	Total 2013
Aplicações em operações compromissadas	–	–	46.000

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

7.1 Composição da carteira e respectivas classificações

	Banco			
	2014		2013	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos e valores mobiliários				
Títulos para negociação	74.848	84.104	76.505	75.582
Livres	58.945	68.193	47.417	46.479
Títulos de renda fixa:				
Letras Financeiras do Tesouro	27.374	27.379	5.498	5.501
Cotas de fundos (a)	28.576	38.579	37.971	35.954
Certificados de Recebíveis Imobiliário - CRI	–	–	965	2.055
Certificado de depósito bancário	–	–	–	–
Ações de cias. abertas	2.995	2.235	2.983	2.969
Vinculados a compromissos de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro	5.517	5.517	18.021	18.030
Vinculados a prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro	10.386	10.394	11.067	11.073
Títulos disponíveis para venda	95.037	94.674	75.073	72.717
Livres:	2.349	2.338	69.870	67.678
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.349	2.338	69.870	67.678
Outros títulos	–	–	–	–
Vinculados a compromissos de recompra:				
Notas do Tesouro Nacional - Série B	92.688	92.336	5.203	5.039
Instrumentos financeiros derivativos				
Posição ativa:	863	850	3.127	–
Prêmio de opções a exercer - Ações	863	850	–	–
Prêmio de opções a exercer - Ativos financeiros (b)	–	–	3.127	–
Total	170.748	179.628	154.705	148.299
Ativo circulante		179.628		75.582
Ativo realizável a longo prazo		–		72.717
		179.628		148.299

	Consolidado			
	2014		2013	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos e valores mobiliários				
Títulos para negociação	76.725	85.982	81.434	80.512
Livres	60.005	69.253	52.157	51.219
Títulos de renda fixa:				
Letras Financeiras do Tesouro	27.374	27.379	10.238	10.240
Cotas de fundos (a)	28.576	38.579	37.971	35.954
Certificados de Recebíveis Imobiliário - CRI	–	–	965	2.055
Certificado de depósito bancário	1.060	1.060	–	–
Ações de cias. abertas	2.995	2.235	2.983	2.970
Vinculados a compromissos de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro	5.517	5.517	18.021	18.030
Vinculados a prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro	11.203	11.212	11.256	11.263
Títulos disponíveis para venda	95.301	94.674	75.337	72.717
Livres:	2.613	2.338	70.134	67.678
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.349	2.338	69.870	67.678
Outros títulos	264	–	264	–
Vinculados a compromissos de recompra:				
Notas do Tesouro Nacional - Série B	92.688	92.336	5.203	5.039
Instrumentos financeiros derivativos				
Posição ativa:	2.864	850	5.128	–
Prêmio de opções a exercer - Ações	863	850	–	–
Prêmio de opções a exercer - Ativos financeiros (b)	2.001	–	5.128	–
Total	174.890	181.506	161.899	153.229
Ativo circulante		181.506		80.512
Ativo realizável a longo prazo		–		72.717
		181.506		153.229

a) As cotas de fundos são avaliadas a mercado pela média dos valores de cotas negociadas na BOVESPA para o fundo investido Máxima Renda Corporativa Fundo de Investimento Imobiliário FII, e da quantidade de cotas multiplicadas pelos valores das cotas divulgadas pelas instituições administradoras para os demais fundos. b) O valor de mercado de parte do prêmio de opções foi avaliado a zero por se tratar de título emitido pelo Banco Morada S.A.. Em comunicado nº 20.962 de 28 de abril de 2011 emitido pelo Banco Central do Brasil, foi decretada a intervenção no Banco Morada S.A. e incidência de indisponibilidade sob os bens dos controladores e dos ex-administradores do referido Banco.

	Banco				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Instrumentos financeiros derivativos								
Posição passiva:								
Swap - Diferencial a pagar	940	940	–	–	940	940	–	–
Prêmios de opções lançadas - Ativos financeiros	–	–	2.694	–	–	–	2.694	–
Total	940	940	2.694	–	940	940	2.694	–
Passivo circulante	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo não circulante	–	940	–	–	–	940	–	–
	–	940	–	–	–	940	–	–

7.2 Segregação da carteira em faixas de vencimento

	Banco				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Posição ativa:								
Vencido	–	–	–	–	2.265	–	2.265	–
Sem vencimento	31.572	40.814	40.954	38.923	31.572	40.815	40.954	38.923
Até 3 meses	90.958	90.710	4.935	1.809	91.775	91.527	4.935	1.809
De 3 a 12 meses	1.732	1.732	–	–	2.792	2.792	–	–
De 1 a 3 anos (a)	25.593	25.479	107.615	105.276	25.593	25.479	112.544	110.206
De 3 a 5 anos (a)	15.696	15.696	236	236	15.696	15.696	236	236
Acima 5 anos (a)	5.197	5.197	965	2.055	5.197	5.197	965	2.055
Total	170.748	179.628	154.705	148.299	174.890	181.506	161.899	153.229
Posição passiva:								
Até 3 meses	–	–	2.694	–	–	–	2.668	–
De 3 a 12 meses	–	–	–	–	–	–	300	–
De 1 a 3 anos	355	355	–	–	355	355	–	–
De 3 a 5 anos	585	585	–	–	585	585	–	–
Total	940	940	2.694	–	940	940	2.968	–

a) Os títulos classificados na categoria "para negociação" com vencimento superior a 12 meses são classificados no ativo circulante conforme determinado na Circular BACEN nº 3.068/01. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou modelos de precificações.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os contratos derivativos tiveram seus valores "nocionais" registrados em contas de compensação e os ganhos e perdas registrados em contas patrimoniais em contrapartida a contas de resultado. A utilização de instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o intuito de administrar exposições e riscos ("*hedge*") podem ser contratadas de forma global, correlacionadas à posição líquida assumida pelo Banco e suas subsidiárias em determinados mercados ou vinculadas a determinados ativos e passivos financeiros para obtenção de proteção específica. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, *swap*, opções e termo, é apurado de acordo com os seguintes critérios: • **Operações de futuros:** com base nos ajustes apropriados/pagos diariamente; • **Operações de swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes "curvas" de juros, obtidas com base nos preços da BM&F e/ou nos preços de mercado; e • **Operações de opções:** preço médio de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, com base em modelos estatístico-matemáticos de definição de preços. Os valores dos contratos de instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas de compensação, estão assim demonstrados:

	Banco		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mercado de futuros:				
Posição comprada:				
• Dólar	–	–	1.992	–
Posição vendida:				
• Taxa de juros	–	500	–	500
• Dólar	15.341	–	28.681	–
• Euro	–	–	2.419	–
			31.100	
Mercado a termo:				
• Venda a termo a receber	876	–	876	–
Swap:				
Posição ativa				
• CDI + Taxa prefixada	41.348	–	41.348	–
• IGPM	7.919	–	7.919	–
	49.267	–	49.267	–
Posição passiva:				
• IGPM + Taxa prefixada	50.207	–	50.207	–

Segregação dos contratos de futuros, termo e de *Swap*:

Banco	Vencidos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total 2014	Total 2013
Posição comprada:						
• Termo	–	876	–	–	876	–
• *Swap*	–	–	41.348	7.919	49.267	–
Posição vendida:						
• Futuros	–	15.341	–	–	15.341	500
• *Swap*	–	–	41.703	8.504	50.207	–

Consolidado	Vencidos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total 2014	Total 2013
Posição comprada:						
• Futuro	–	1.992	–	–	1.992	–
• Termo	–	876	–	–	876	–
• *Swap*	–	–	41.348	7.919	49.267	–
Posição vendida:						
• Futuros	–	31.100	–	–	31.100	500
• *Swap*	–	–	41.703	8.504	50.207	–

Os valores de receitas e despesas líquidas com instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre de 2014	2014	2013	2º Semestre de 2014	2014	2013
Contratos de futuros	(1.521)	(405)	(317)	(2.873)	(1.104)	(317)
Contratos de opções	(5.513)	(5.513)	(5.881)	(5.513)	(5.513)	(5.881)
Contratos a termo	220	183	–	220	183	–
Contratos de swap	(940)	(940)	–	(940)	(940)	–
Total	(7.754)	(6.675)	(6.198)	(9.106)	(7.374)	(6.198)

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Banco e consolidado

As operações de crédito por modalidade e os respectivos níveis de risco e provisionamento estão demonstrados conforme a seguir:

	Faixas									2014	2013
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Setor Privado:											
Indústria	–	–	–	–	–	–	–	–	712	712	4.752
Outros serviços	–	1.076	1.134	2.617	–	–	–	–	2.924	7.751	15.161
Crédito Imobiliário	–	84.248	1.614	827	668	295	61	547	–	88.260	37.759
Crédito Imobiliário (a)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	14.516
Inc. Empreend. Imobiliários	–	47.808	10.639	–	14.793	–	–	–	–	73.240	56.394
Pessoas Físicas - Empréstimo Pessoal	–	8.172	1.508	–	1.555	–	–	–	4.321	15.556	–
Pessoas físicas - Conta Garantida	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8.158
Pessoas físicas - Crédito consignado	–	–	–	–	–	–	–	1	–	1	95
Setor Privado: Total	–	141.304	14.895	3.444	17.016	295	61	548	7.957	185.520	136.834
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:											
Mínimo requerido - %	–	0,5	1	3	10	30	50	70	100	–	–
Valor	–	(707)	(149)	(103)	(1.702)	(88)	(30)	(384)	(7.957)	(11.121)	(5.692)
Saldo líquido	–	140.597	14.746	3.341	15.314	207	31	164	–	174.399	131.142

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco possuía direitos de crédito adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios do cedente que encontra-se registrada na conta "Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativo" no grupo "Outros créditos" no montante de R$ 24.340 (R$ 24.343 em 31 de dezembro de 2013) e a provisão correspondente de R$ 161 (R$ 183 em 31 de dezembro de 2013). Essas operações de crédito por modalidade e os respectivos níveis de risco e provisionamento estão demonstrados conforme a seguir: (vide Nota Explicativa nº 11).

	Faixas									2014	2013
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Crédito Imobiliário	–	16.451	7.889	–	–	–	–	–	–	24.340	24.343
Total	–	16.451	7.889	–	–	–	–	–	–	24.340	24.343
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:											
Mínimo requerido - %	–	0,5	1	3	10	30	50	70	100	–	–
Valor	–	(82)	(79)	–	–	–	–	–	–	(161)	(183)
Saldo líquido	–	16.369	7.810	–	–	–	–	–	–	24.179	24.160

Composição da carteira por faixa de vencimento	2014	2013
Créditos vencidos:		
• A partir de 15 dias	3.156	6.232
Créditos a vencer:		
• Até 3 meses	14.918	17.724
• 3 a 12 meses	47.336	58.552
• 1 a 3 anos	81.343	46.643
• 3 a 5 anos	27.919	21.984
• 5 a 15 anos	35.190	10.043
• Acima de 15 anos	–	–
	206.704	154.946
	209.860	161.178

Durante o exercício de 2014 foi recuperado o montante de R$ 168 (2013 - R$ 62) no Banco e no Consolidado. Foram renegociados em 6 contratos no valor de R$ 12.777 em 2014 e 23 contratos no valor de R$ 47.617 em 2013, no Banco e no Consolidado. No exercício de 2013 foram baixados para prejuízo créditos no montante de R$ 4.074 (2013 - R$ 2.099), no Banco e no Consolidado.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2014	2013
Carteira ativa		
Saldo inicial em 1º de janeiro	5.875	5.325
Constituições/(reversões)	9.693	2.649
Baixas para prejuízo	(4.286)	(2.099)
Saldo final em 31 de dezembro	11.282	5.875

Operações com cessão de créditos

Durante o exercício, o Banco efetuou as seguintes operações de cessões de créditos:

	2014			2013		
	Valor da cessão	Valor contábil	Resultado	Valor da cessão	Valor contábil	Resultado
Cedidos sem coobrigação:						
• Pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro	–	–	–	29.413	29.470	57

10. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

	Outros créditos				Outras obrigações			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Caixas de registro e liquidação	–	–	–	–	–	–	–	–
Devedores/Credores por liquidação pendente	321	–	497	2.805	96	–	2.881	5.144
Operações com ativos financeiros a liquidar	–	–	292	–	–	2.304	–	–
Totais	321	–	789	2.805	96	2.304	2.881	5.144

11. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outros créditos				
Adiantamentos e antecipações diversas	440	259	937	315
Recebimentos de parcelas de operações de crédito	–	430	–	430
Devedores por compra de valores e bens (a)	7.174	–	7.174	8.826
Direitos a receber por venda ou transferência de ativos (Nota explicativa nº 9)	24.340	24.343	24.340	24.343
Depósito para caução	–	–	–	4.008
Garantia de aluguel	97	78	272	156
Recebíveis pela venda de bens (b)	16.187	19.713	16.187	19.713
Recebíveis pela venda de direitos	–	9.743	–	9.743
Indenizações a receber (c)	96.662	34.050	96.662	34.050
Recebíveis por execução de fiança (e)	1.896	–	1.896	–
Valor a receber de CDB vinculado à operação de crédito (f)	7.854	–	7.854	–
Outros valores a receber (g)	5.201	–	5.201	–
Outros créditos	1.574	644	2.997	1.826
Total	161.425	89.260	163.520	103.410
Outras obrigações				
Despesas de pessoal a pagar	714	536	896	696
Outras despesas administrativas a pagar	436	1.229	1.430	1.705
Operações de crédito a liquidar	16	24	16	24
Honorários Advocatícios (d)	1.058	6.966	1.058	6.966
Investimento FC-Promotora (Nota 12)	–	15	–	–
Obrigações por operações vinculadas a cessão	–	14.516	–	14.516
Depósitos e recebimentos a identificar	4	1	19	292
Outros	381	217	413	337
Total	2.609	23.504	3.832	24.536

a) O saldo a receber decorre da transação de compromisso de compra e venda de dois imóveis, realizadas em 30 de dezembro de 2013 pela Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Os termos de recebimento dessas vendas foram de: recebimento em 10 de janeiro de 2014 o montante de R$ 1.765 e o saldo remanescente de R$ 7.060 pagos em 48 meses, mensais e consecutivos, com a primeira após 134 dias da assinatura do instrumento particular de compra e venda. As parcelas serão atualizadas pelo IGPM-FGV, acrescidas de 10% ao ano. Em 31 de janeiro de 2014 a Maximainvest Securitizadora S.A. cede ao Banco Máxima S. A. esses recebíveis. O saldo a receber no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 7.174 no Banco e R$ 7.174 (2013 - 8.826) no Consolidado. **b)** O saldo a receber decorre da transação de venda de compromissos de dação em pagamento de dois pavimentos em imóvel comercial, realizadas em 30 de dezembro de 2013 pela Máxima Realty S.A.. Os termos de recebimento dessas vendas foram de: recebimento à vista de R$ 200 e R$ 3.782, ambas recebidas em janeiro de 2014 e o saldo remanescente de R$ 15.930 em 48 meses mensais e consecutivos. As parcelas serão atualizadas pelo IGPM-FGV, acrescidas de 10% a.a. e compostas apenas do saldo de juros e ao final de 48 meses também pelo valor principal do saldo remanescente. Esta operação de venda resultou ganho no exercício de 2013 de R$ 1.260, o qual foi registrado em "resultado de participação em controladas no Banco em outras receitas operacionais" no Consolidado. Ainda em 30 de dezembro de 2013 a Máxima Realty S.A. e o Banco Máxima S.A. aditaram o contrato de cessão dos recebíveis de 28 de março de 2013, substituindo os recebíveis anteriores pelos recebíveis da nova venda gerando uma liquidação complementar de R$ 1.060. O saldo a receber no ativo não circulante na data-base de 31 de dezembro de 2014 é de R$ 15.187 (2013 - R$ 19.713, o qual refere-se ao montante remanescente das parcelas atualizadas dos recebíveis, sendo 47 parcelas a receber de um pavimento de 46 do segundo pavimento. **c)** Indenização CEEE: O Banco Máxima S.A. era titular de debêntures conversíveis em ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). O Banco Máxima S.A. ajuizou Ação de Indenização por Perdas e Danos contra a CEEE, (processo originário nº 00102379329) com o objetivo de obter a condenação da CEEE ao pagamento de indenização pelos prejuízos decorrentes do descumprimento das condições pactuadas no Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da CEEE. Em tal ação, transitou em julgado acórdão que ordenou o pagamento de indenização por dano material certo. A ação gerou título executivo judicial que concede ao Banco direito de receber indenização que atualmente soma o montante, atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R$ 96.662 (2013 - R$ 34.050). A atualização do valor decorre também do julgamento do Recurso Especial nº 1.294.294 - RS (2011/0095304-4) em 6 de maio de 2.014 quando a Terceira Turma do STJ, por unanimidade, emitiu acórdão dando provimento ao recurso do Banco Máxima S.A. para determinar a correção do valor pela incidência de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Reportando-se à liquidação que é objeto do processo nº 2614771-62.2005.8.21.0001 que tramita perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre - RS, os assessores jurídicos do Banco Máxima S.A. consideraram a probabilidade do êxito

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

como "praticamente certa" face a todos os elementos disponíveis inclusive a solvência e capacidade financeira do devedor. Em vista da natureza do crédito decorrente de indenização a contabilização da receita de indenização está contemplada na conta contábil COSIF "7.3.9.99.00-7 - outras rendas não operacionais". O valor a receber encontra-se registrado no ativo circulante, em outros créditos na conta contábil COSIF "1.8.8.92.00-4 - devedores diversos". **d)** Honorários Advocatícios: Refere-se aos honorários advocatícios de 20% sobre a Ação indenizatória da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Após os pagamentos efetuados durante o exercício, o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 1.058 (2013 - R$ 6.966), contabilizados no passivo circulante, outras obrigações, na conta COSIF "4.9.9.30.00-7 - provisão para pagamentos a efetuar". **e)** Trata-se de compromisso de pagamento por execução de fiança de 9 de setembro de 2014 no valor de R$ 2.000, pagável em 36 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 55 cada, corrigida pela "taxa DI". Considerando 3 parcelas já recebidas o saldo remanescente atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 1.896. **f)** O Banco Máxima S.A., "Banco", moveu uma ação ordinária contra a Confiança Companhia de Seguros S.A., "Seguradora", na qual requereu, entre outros pedidos, a concessão de antecipação de tutela para assegurar seu direito de compensar a dívida da Seguradora ré com a obrigação que o Banco possui em favor da mesma, representado pela emissão do Certificado de Depósito Bancário - CDB. O Banco busca seu direito através da fundamentação legal no Código Civil através dos artigos 368 e 369 e a disposição contratual firmada nas respectivas Cédulas de Crédito Bancário pelas cláusulas 5.3, 5.3.1 e 5.4. A referida ação não limita a efetiva execução da dívida contra a Seguradora e tão somente a compensação destes valores sendo que existem mais garantias reais vinculadas a esta ação ordinária que tramita na 28ª Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 0281641-33.2014.8.19.0001. Na referida ação o Banco obteve liminar para bloqueio do Certificado de Depósitos Bancário - CDB acima referido e com base na opinião dos advogados patronos da ação de que os argumentos jurídicos são suficientes para a compensação da divida, o Banco registrou contabilmente no seu ativo o bloqueio a fim de neutralizar/compensar a dívida da Seguradora, originária da emissão de Cédulas de Crédito Bancário - CCB que a Seguradora fez em favor do Banco. Em 31 de dezembro de 2014, com base nos argumentos acima dispostos, o Banco reconheceu contabilmente no seu ativo o valor de R$ 7.854, correspondente ao saldo do CDB, registrado no passivo em favor da Seguradora. **g)** A Máxima Realty mantinha registrado em seu ativo o valor de R$ 5.429 oriundo de pagamentos mensais complementares de aluguel do imóvel cedido ao MRC, enquanto tramitava as ações de revisão de aluguel perante os juízos das 22ª e 7ª Varas Cíveis da Comarca da Capital do estado do RJ. Em 30 de junho de 2014 por meio do instrumento particular de cessão de direito, foi celebrado acordo para encerramento destas ações, que concedeu a Máxima Realty o direito de receber todo o valor pago em 72 parcelas mensais corrigidos pela taxa mensal do CDI. Em 19 de setembro de 2014 houve o 1º aditamento para registrar a cessão dos direitos dos recebíveis deste Instrumento para o Banco Máxima S.A. Após as atualizações e os recebimentos verificados, o saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 5.201.

12. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Máxima Asset Management Ltda. (a)	Maxpart Participações Ltda. (b)	FC-Max Promotora de Vendas Ltda.	Máxima Realty S.A.	Máxima International LLP (c)	Maxima-Invest Cia. Securit.	Total
Quantidade de ações	1.070.585	500.000	–	–	168.000	–	1.400.000	
Participação direta	100,00%	99,99%	–	–	100,00%	–	100%	
Capital social	33.294	500	–	–	168	–	1.400	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	31.884	169	–	–	56	–	1.015	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013	30.894	548	–	(15)	5.597	493	9.078	
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício de 2014	990	(378)	–	(2.616)	(112)	(1)	(437)	
Lucro líquido/ (prejuízo) exercício de 2013	97	(162)	(1.718)	(573)	1.048	(31)	627	
Valor contábil dos investimentos em:								
• 31 de dezembro de 2014	31.884	169	–	–	56	–	1.015	33.124
• 31 de dezembro de 2013	30.894	548	–	(*) (15)	5.597	493	9.078	46.610
Resultado de participações em controladas:								
• 2º semestre de 2014	345	(182)	–	(1.267)	(12)	–	(80)	(1.196)
• Exercício de 2014	990	(378)	–	(2.616)	(112)	(3)	(437)	(2.556)
• Exercício de 2013	97	(479)	(1.718)	(573)	1.048	36	995	(594)

(*) Vide nota explicativa nº 11

(a) A diferença de R$ 317 em 2013 entre a participação do Banco no resultado da controlada Máxima Asset Management Ltda. e o resultado da equivalência patrimonial, é decorrente substancialmente da distribuição desproporcional de dividendos, aos cotistas minoritários, declarados em Assembleias de Cotistas da controlada. (b) Em 29 de setembro de 2013, foi aprovada a liquidação/extinção da Maxpart Participações Ltda. conforme Distrato Social. A responsabilidade pelo ativo e passivo por ventura superveniente fica a cargo do Banco Máxima S.A.. Em consequência a totalidade das ações da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Maximainvest") foram transferidas para o Banco Máxima S.A.. (c) Em abril de 2014 foram encerradas as operações da Máxima International LLP, liquidando a participação do Banco no resultado da controlada.

13. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO E LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Os depósitos a prazo e interfinanceiros e Letras de Crédito Imobiliário no Banco e no Consolidado, em 31 dezembro de 2014, estão segregados pelas seguintes faixas de vencimentos:

	Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		LCI	Total	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco e Consolidado	Banco	Consolidado
Faixa de vencimento							
Até 3 meses	28.750	28.750	7.000	–	46.314	82.064	75.064
De 3 a 12 meses	104.977	104.977	343	343	102.532	207.852	207.852
Acima de 12 meses	129.687	129.687	198	198	21.120	151.005	151.005
Total em 31 de dezembro de 2014	263.414	263.414	7.541	541	169.966	440.921	433.921
Total em 31 de dezembro de 2013	218.739	215.988	13.387	307	127.600	359.726	343.895

14. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (COMPROMISSOS ENTRE 1 A 30 DIAS)

	2014	2013
Banco e Consolidado		
Recompras a liquidar - Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro	5.505	18.007
Notas do Tesouro Nacional	92.007	5.002
Recompras a liquidar - Carteira de terceiros:		
Letras Financeiras do Tesouro	–	–
Letras do Tesouro Nacional	–	30.000
Notas do Tesouro Nacional	–	10.003
	97.512	63.012

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos tributários: A movimentação dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, bem como da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias, pode ser assim demonstrada:

i) Banco	2013	Constituição	Realização	2014
Prejuízos fiscais	9.888	4.213	(4.379)	9.722
Base negativa da contribuição social	5.861	2.528	(2.635)	5.754
Diferenças temporárias	14.047	6.190	(5.311)	14.926
	29.796	12.931	(12.325)	30.402
Provisão para impostos diferidos **(a)**	–	3.552	–	3.552
Créditos tributários líquidos da provisão para impostos diferidos	–	9.379	(12.325)	26.850
ii) Consolidado	**2013**	**Constituição**	**Realização**	**2014**
Prejuízos fiscais	11.544	4.243	(4.552)	11.235
Base negativa da contribuição social	6.684	2.546	(2.739)	6.491
Diferenças temporárias	15.214	6.516	(5.313)	16.417
	33.442	13.305	(12.604)	34.143
Provisão para impostos diferidos (**a**)	–	3.552	–	3.552
Créditos tributários líquidos da provisão para impostos diferidos	–	9.753	(12.604)	30.591

(a) Refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários, contabilizada na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" no passivo circulante. (b) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

i) Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015	59	35	513	308	915
2016	339	203	1.589	953	3.084
2017	–	–	2.815	1.689	4.504
2018	–	–	3.746	2.248	5.994
2019	657	394	1.058	556	2.665
2020	2.243	1.346	–	–	3.589
2021	1.251	750	–	–	2.001
2022	426	256	–	–	682
2023	1.070	642	–	–	1.712
2024	1.194	510	–	–	1.704
Total de 31 de dezembro de 2014	7.239	4.136	9.721	5.754	26.850
Total em 31 de dezembro de 2013	9.741	5.614	6.779	3.995	26.129

ii) Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015	59	35	756	454	1.304
2016	339	203	2.515	1.509	4.566
2017	–	–	3.158	1.724	4.882
2018	–	–	3.746	2.248	5.994
2019	657	394	1.058	556	2.665
2020	2.243	1.346	–	–	3.589
2021	1.251	750	–	–	2.001
2022	426	256	–	–	682
2023	1.070	642	–	–	1.712
2024	2.314	882	–	–	3.196
Total de 31 de dezembro de 2014	8.359	4.508	11.233	6.491	30.591
Total em 31 de dezembro de 2013	9.843	5.370	11.544	6.685	33.442

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 15.532 (2013 - R$ 17.223) no Banco e R$ 17.763 (2013 - R$ 19.541) no Consolidado, descontados à taxa DI Futura divulgada pela BM&FBOVESPA S.A..

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre de 2014	2014	2013	2º Semestre de 2014	2014	2013
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(7.505)	3.781	(8.590)	(7.523)	4.239	(7.683)
Participações de funcionários nos resultados	(153)	(153)	–	(153)	(153)	–
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.658)	3.628	(8.590)	(7.676)	4.086	(7.683)
Alíquotas combinadas de imposto de renda e contribuição social	40%	40%	40%	40%	40%	40%
Expectativa de despesas de imposto de renda e contribuição social no resultado	3.063	(1.451)	3.436	3.071	3.073	3.073
Efeitos tributários das adições e exclusões:						
• Resultado de participações em controladas	(478)	(1.022)	(238)	(507)	(508)	–
• Outros	(94)	(184)	(392)	(55)	(974)	(821)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	2.491	(2.658)	2.806	2.509	(3.116)	2.199

16. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM PARTES RELACIONADAS

	2014		2013	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Banco Máxima S.A.				
• Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários:				
• Depósitos à vista	(299)	–	(81)	–
• Depósitos interfinanceiros	(7.000)	–	(13.080)	–
• Devedores/Credores - contas de liquidação pendentes	(96)	–	(2.304)	–
• NF Prestação de Serviços a Liquidar	(299)	–	(342)	–
• Despesas de prestação de serviços	–	(1.938)	–	(731)
• Despesas de depósitos interfinanceiros	–	(663)	–	(1.222)
Máxima Asset Management Ltda.:				
• Depósitos à vista	(82)	–	(14)	–
• Depósitos a prazo	–	–	(437)	–
• Despesas de depósitos a prazo	–	(15)	–	(41)
Máximainvest Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.:				
• Depósitos à vista	(38)	–	(506)	–
• Depósitos a prazo	–	–	(857)	–
• Dividendos e Bonificações	–	–	1.700	–
• Despesas de depósitos a prazo	–	(7)	–	(62)
FC Max Promotora de Vendas Ltda.:				
• Despesas de prestação de serviços		–	(270)	– (270)
Máxima Realty S.A.: **(a)**				
• Depósitos à vista		(31)	–	(2) –
• Depósitos a prazo		–	–	(1.457) –
• Despesas de depósitos a prazo		(49)	(65)	– (65)

(a) Durante o exercício foram pagos R$ 1.178 (2013 - R$ 690), no Banco e R$ 2.383 (2013 - R$ 2.042), no Consolidado, a título de honorários da Diretoria.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro 2014 e 2013 está representado por 15.590.786 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b) Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir 20% do Capital Social conforme previsto na legislação societária. **c) Reserva para expansão:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o Banco Máxima S.A. reverteu parte da Retenção dos Lucros, transferindo para Lucros Acumulados o valor de R$ 3.876 (2013: R$ 1.985). **d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas. Durante o exercício de 2014 foram distribuídos dividendos no montante de R$ 3.876 sobre lucros de exercício anterior (2013: R$ 1.985).

18. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores de risco definidos na Resolução nº 2.099/94 do CMN e em regulamentação complementar do BACEN. O Banco Máxima S.A. optou por apurar os limites com base no consolidado operacional, no qual são consolidadas apenas as instituições financeiras do grupo. Os principais limites estão assim demonstrados:

	2014		
	Exigência	Situação	Margem
Consolidado Operacional			
Basileia total	30.512	37.642	7.129
Imobilização (a)	3.427	18.745	15.318
Capital realizado mínimo	17.500	37.200	19.700

19. PROVISÕES, PASSIVOS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco e suas controladas encontram-se envolvidos em processos de naturezas trabalhistas, previdenciária, fiscais e cível. Com base em pareceres de seus advogados externos, o Banco e suas controladas constituem provisões para perdas nas ações consideradas como de perda provável e contabilizam contas a pagar para as obrigações legais. **a) Contingências passivas não contabilizadas:** O valor das causas consideradas pelos consultores externos e pela Administração como de perda possível, em 31 de dezembro de 2014, é de R$ 17.782 (2013: R$ 19.720) no Banco e 29.061 (2013: R$ 28.498) no Consolidado, referentes principalmente a questionamentos relativos à tributação de PIS e COFINS no resultado gerado pela desmutualização dos títulos patrimoniais da BM&F e CETIP, a atrasos na entrega das declarações acessórias trimestrais e mensais da CPMF e referentes a dedutibilidade de despesas operacionais na base de apuração do Imposto de Renda. **b) Composição e movimentação das provisões:** As provisões contabilizadas no passivo e os correspondentes depósitos judiciais contabilizados no ativo estão assim demonstrados:

Banco	2013	Acréscimos	Atualizações	Estornos/Reversões	2014
Processos trabalhistas:					
• Provisões	155	–	–	–	155
• Depósitos	183	15	–	(24)	174
Processos cíveis:					
• Provisões	608	–	–	–	608
Processos fiscais e previdenciários:					
• Provisões	49	–	–	–	49
• Depósitos	339	–	–	–	339
Consolidado	**2013**	**Acréscimos**	**Atualizações**	**Estornos/Reversões**	**2014**
Processos trabalhistas:					
• Provisões	183	365	–	–	548
• Depósitos	211	380	–	(23)	568
Processos cíveis:					
• Provisões	608	–	–	–	608
Processos fiscais e previdenciários:					
• Provisões	461	–	–	–	461
• Depósitos	991	2.774	–	–	3.765

f) Passivos por obrigação legal: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, referem-se principalmente ao questionamento da constitucionalidade da Lei nº 9.316, que veta a dedutibilidade de CSLL na base de cálculo do IRPJ e dela mesma, e da contribuição previdenciária de INSS sobre as indenizações rescisórias, devida conforme exige a redação do § 2º, artigo 22 da Lei nº 8.212. A movimentação no exercício foi conforme se segue:

Banco	2013	Acréscimos	Atualizações	Estornos/Reversões	2014
Processos fiscais e previdenciários:					
• Contas a pagar	2.840	615	950	–	4.405
• Depósitos	2.840	–	1.143	–	3.983
Consolidado	**2013**	**Acréscimos**	**Atualizações**	**Estornos/Reversões**	**2014**
Processos fiscais e previdenciários:					
• Contas a pagar	4.964	1.588	–	–	6.552
• Depósitos	5.375	1.168	–	–	6.543

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Refere-se basicamente à receita de Indenização por Perdas e Danos contra a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), conforme detalhado na nota 11 c.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

• Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC ou BM&FBOVESPA S.A., exceto quotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores. • A Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários é responsável pela administração de fundos e clubes de investimento, cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2014, totalizavam R$ 16.037 (2013- R$ 105.254). • A Máxima Asset Management Ltda. é responsável pela Gestão de fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2014, totalizavam R$ 72.477 (2013 - R$ 193.787). • Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

i) Risco de Mercado: O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição está em conformidade com as exigências estabelecidas pela Resolução CMN 3.464/07, que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, atendendo todos os prazos por esta estabelecidos. O departamento de Risco de Mercado também é responsável pelos cálculos referentes a Basileia II, de que trata a Resolução 3.490/07. **ii) Risco Operacional:** O Grupo Máxima possui estrutura de gerenciamento de risco operacional, de acordo com as melhores práticas do mercado e em integral atendimento à regulamentação vigente. O modelo de gestão, os conceitos, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações e o processo de divulgação, que garante a transparência devida das atividades de gerenciamento, encontram-se devidamente formalizados na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais. O gerenciamento de risco operacional é efetuado de forma centralizada, por um departamento específico, responsável por assegurar que as diretrizes estabelecidas na Política em questão sejam cumpridas, mantendo independência com relação ao Departamento de Auditoria Interna. **iii) Risco de Crédito:** O Grupo Máxima implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução 3.721 de 30 de abril de 2009. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos do Grupo Máxima. O Risco de Crédito tem como objetivo avaliar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas, fazer a avaliação prévia de novas modalidades de operação quanto ao risco de crédito e verificar se estão adequadas aos procedimentos e controles adotados pelo Grupo Máxima e ainda, realizar simulações de condições extremas (testes de estresse), englobando ciclos econômicos, alteração das condições de mercado e de liquidez, inclusive da quebra de premissas, cujos resultados devem ser considerados quando do estabelecimento ou revisão das políticas e limites. **iv) Risco de Gerenciamento de Capital:** O Grupo Máxima implementou sua estrutura de gerenciamento de capital, de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011. A estrutura e o processo de gerenciamento de capital adotado pelo Banco contam com um conjunto de conceitos e instrumentos que estão compatíveis com o nível de operações e complexidade de produtos e serviços, bem como à exposição aos riscos a que está exposto. A descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível para consulta na internet, no site do Banco Máxima (www.bancomaxima.com.br).

A Diretoria

Carlos Alberto Inocêncio - Contador CRC-RJ-081.135/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Máxima S.A. -** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BANCO MÁXIMA S.A. identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da distribuidora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BANCO MÁXIMA S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ênfase: Indenizações a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 10, o Banco possuía em 31 de dezembro de 2014 direito a receber indenização no montante atual de R$ 96.662 mil, referente aos prejuízos decorrentes do descumprimento das condições de conversão de ações, pactuadas no Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, incluindo-se a os montantes decorrentes da aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, que, em opinião legal emitida pelos assessores jurídicos do Banco, datada de 27 de maio de 2014, foi considerada a probabilidade do êxito como "praticamente certa" face a todos os elementos disponíveis inclusive a solvência e capacidade financeira do devedor. A NBC TG 25, aprovada pela Resolução CMN 3.823/09, define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Além disso, determina que os ativos contingentes não sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado por surgirem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Tendo em vista que a probabilidade de êxito é praticamente certa, a Administração do Banco, através de seus assessores jurídicos, entenderam que o direito a receber indenização da CEEE não é um ativo contingente, considerando todos os elementos envolvidos, inclusive à solvência e capacidade financeira do devedor e a norma acima mencionada. **Créditos tributários diferidos:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 15, onde estão apresentados créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias nos montantes de R$ 30.402 mil e R$ 34.143 mil referentes, respectivamente, aos balanços patrimoniais individual e consolidado. Tais créditos foram reconhecidos tendo como base projeções financeiras e planos de negócios atuais aprovados pela Administração do Banco, incluindo estudos da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas na elaboração das referidas projeções. A realização destes créditos tributários considera a materialização dessas projeções e planos de negócios aprovados pela Administração do Banco. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2015

Crowe Horwath Bendoraytes & Cia.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

Sergio Bendoraytes
Contador - CRC 1RJ 064460/O-2